



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES  
PODER LEGISLATIVO

**AUTÓGRAFO DE LEI 54/2025**

Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo conceder auxílio à Câmara dos Dirigentes Lojistas de Boa Esperança/ES - CDL.

A Câmara Municipal de Boa Esperança, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50 da Lei Orgânica Municipal e § 1º, do artigo 254 do Regimento Interno, e tendo aprovado o presente Projeto de Lei nº 62/2025, resolve enviá-lo a Vossa Excelência, o Senhor Prefeito Municipal, para os fins constitucionais.

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Câmara dos Dirigentes Lojistas de Boa Esperança/ES – CDL, inscrita no CNPJ sob nº 36.351.401/0001-33, com sede na Avenida SENADOR EURICO REZENDE Nº 490, - CENTRO - BOA ESPERANÇA-ES CEP: 29845-000, neste município.

**Parágrafo único.** A concessão do auxílio fundamenta-se no interesse público de fomento à economia local.

**Art. 2º** O auxílio financeiro será no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em parcela única, destinado exclusivamente à aquisição de prêmio para a campanha promocional “Natal Premiado 2025”.

§ 1º A campanha promocional “Natal Premiado 2025” será organizada pela CDL, com vigência de 20 de novembro a 31 de dezembro de 2025.

§ 2º O sorteio do prêmio deverá ser realizado em data, horário e local público, com ampla divulgação prévia, garantindo transparência e participação da comunidade.

**Art. 3º** Constitui contrapartida obrigatória da CDL promover ações de divulgação da campanha, com menção expressa ao apoio da Prefeitura Municipal de Boa Esperança;

**CAPÍTULO II**  
**DOS REQUISITOS PARA O REPASSE**

**Art. 4º** O repasse do auxílio financeiro fica condicionado à comprovação, pela CDL, de:

- I - regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal;
- II - regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;
- III - regularidade fiscal perante a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União;
- IV - regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- V - regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- VI - inexistência de débitos inadimplidos perante o município de Boa Esperança;





CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES  
PODER LEGISLATIVO

VII - apresentação de conta bancária específica para movimentação dos recursos em instituição financeira oficial.

**Parágrafo único.** As certidões comprobatórias dos requisitos previstos neste artigo deverão estar válidas na data do repasse.

**Art. 5º** O repasse será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após o cumprimento das exigências do art. 4º desta Lei, mediante empenho, liquidação e pagamento, na forma da legislação vigente.

**CAPÍTULO III**  
**DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

**Art. 6º** A execução do objeto do auxílio financeiro será acompanhada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico ou órgão equivalente, que poderá:

- I - solicitar informações e documentos a qualquer tempo;
- II - realizar vistorias e inspeções;
- III - requisitar a apresentação de relatórios parciais de execução;

**Art. 7º** A CDL deverá manter em arquivo, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, toda a documentação relacionada à aplicação dos recursos, incluindo:

- I - notas fiscais, recibos e comprovantes de despesas;
- II - comprovante de transferência da propriedade do prêmio ao ganhador do sorteio;
- III - material de divulgação utilizado na campanha;
- IV - lista de estabelecimentos participantes;
- V - ata ou documento equivalente do sorteio realizado.

**CAPÍTULO IV**  
**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**Art. 8º** A CDL deverá apresentar prestação de contas da utilização dos recursos no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término da campanha, ou seja, até 31 de março de 2026.

**§ 1º** Os valores remanescentes e não utilizados deverão ser devolvidos aos cofres públicos municipais, corrigidos monetariamente, no prazo de até 30 (trinta) dias após o término da campanha.

**§ 2º** O não cumprimento do prazo de prestação de contas ou a apresentação de documentação incompleta acarretará notificação para saneamento em 15 (quinze) dias, sob pena de rejeição e instauração de procedimento administrativo.







CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES  
PODER LEGISLATIVO

**Art. 9º** Compete à Controladoria Geral do Município, ou órgão equivalente, analisar a prestação de contas, emitindo parecer técnico conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias.

**Parágrafo único.** O parecer de que trata o caput será submetido ao Chefe do Poder Executivo para aprovação ou rejeição.

**Art. 10** A rejeição da prestação de contas implicará:

I - inscrição dos valores em dívida ativa;

II - impedimento de a entidade receber novos recursos públicos municipais até a regularização;

III - comunicação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

IV - adoção de medidas administrativas e judiciais cabíveis para ressarcimento aos cofres públicos.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**Art. 11.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de recursos consignados no orçamento vigente.

**Parágrafo único.** Caso necessário, o Poder Executivo fica autorizado a proceder aos ajustes orçamentários mediante abertura de créditos adicionais, nos termos da legislação vigente.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 12.** O disposto nesta Lei não gera direito adquirido à concessão de auxílios em exercícios futuros, devendo cada repasse ser objeto de autorização legislativa específica.

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 14.** Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Boa Esperança- ES, 03 de dezembro de 2025.

  
**JOSETH DO LIVRAMENTO AREIA**  
PRESIDENTE

  
**RONALDO ADRIANO DOS REIS SANTOS**  
VICE-PRESIDENTE

  
**FRANCISCO DA ROCHA SOUSA**  
SECRETÁRIO

